

## PJ 'decapita' Núcleo Ambiental da GNR

**AVEIRO** Quatro militares são suspeitos de receber dinheiro para desviar autos que levariam a que areeiros fossem multados

Os quatro militares que integravam, até há poucos dias, o Núcleo de Proteção Ambiental (NPA) do Destacamento Territorial de Aveiro estão indiciados num processo por corrupção que corre termos no Ministério Público (MP) da Comarca do Baixo Vouga por presumíveis favorecimentos a areeiros apanhados a trabalhar ilegalmente em pinhais da Reserva Ecológica Nacional (REN).

Um primeiro sargento, com funções de chefe, e três cabos, entretanto transferidos para funções administrativas, são suspeitos de, alegadamente, receberem contrapartidas (dinheiro e bens móveis) de dois empresários já referenciados em atividades ilegais de extração de inertes na zona de Lombomeão, concelho de Vagos.

Segundo foi possível apurar, a ação dos militares em causa, que vão ser ouvidos como arguidos na próxima semana em primeiro interrogatório judicial e para eventual aplicação de medidas de coação, terá sido determinante para evitar que vários autos de notícia (a investigação encontrou já sete processos de escavações e aterros ilegais), envolvendo os presumíveis corruptores, fossem instruídos pela entidade administrativa competente, no caso a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, evitando, assim, a aplicação de coimas elevadas (cada contraordenação poderia resultar em entre 20 mil euros e 70 mil euros de coima).

Em buscas efetuadas esta semana, a PJ apreendeu documentos, dinheiro, computadores e outros objetos. O processo, que terá partido do comando territorial de Aveiro da guarda, confrontado com denúncias incriminatórias dos militares, inclui outras provas de atos supostamente relacionados com corrupção.

Os suspeitos foram intercetados em almoços de confraternização, com alegadas entregas de dinheiro dos empresários, na ordem do milhar de euros por encontro, que dividiam entre si. Os investigadores terão já confirmado que o expediente dos autos envolvendo os infratores, embora tivesse sido encaminhado por ordem do comandante do destacamento, nunca chegou à CCDRC, beneficiando, assim, de uma espécie de arquivamento forçado. O comando-geral da GNR, ontem contactado, confirmou apenas que os militares em causa foram afastados das funções no NPA.

JÚLIO ALMEIDA, Aveiro